

## Segurança jurídica I

## Longe da realidade

**A**LÉM DE inaplicável, o Código Florestal mostra para a sociedade que é uma lei sem condições de ser utilizada, pois trará graves prejuízos, seja para os produtores rurais como para a economia do País.

A quantidade de área desperdiçada ante as exigências da legislação vigente é praticamente incalculável. Quase todas as propriedades estão situadas no sentido espigão para o fundo de um vale, onde há invariavelmente um rio ou um ribeirão. Será difícil encontrar uma propriedade sem uma ou mais nascentes.

As matas ciliares, interpretadas como áreas de preservação permanente, em geral, somam uma parcela representativa grande da propriedade. Além disso, o produtor rural terá que preservar, ou reconstituir se não existir, a área chamada de reserva legal. Isso significa renunciar ao plantio significativo, de um terço ou mais da propriedade.

Nesse contexto, fica fora de julgamento se, no passado, tenha havido incentivo governamental em prol do desmatamento para implantação de lavoura e a derrubada da mata ciliar para combater a malária comum em todo o País.

**O que diz a lei**

Art. 1 § 2 – I – Área de Preservação Permanente: **área protegida** nos termos dos Arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

Art. 1 § 2 – III – Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou

posse rural, **excetuada a de preservação permanente**, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;

Art. 16 – indicações das porcentagens de reserva legal. Se a legislação fosse integralmente cumprida, 71% do Brasil fi-

cariam comprometidos com a cobertura florestal.

As extravagâncias do Código Florestal levaram os catarinenses a aprovar o seu Código Ambiental, com o estabelecimento de parâmetros razoáveis para a estrutura fundiária de pequenas propriedades do estado, onde 90% delas têm menos de 50 hectares. Outros estados poderão vir a reboque.

A premência de alterar o Código Florestal, liberando as exigências vigentes, evitará que o Brasil pague uma alta conta pela perda de área atualmente produtiva. Existe outra pergunta apropriada: quem desenvolverá e onde será desenvolvida a produção agrícola do País, responsável pelos saldos na balança comercial nacional, além da segurança alimentar, com alimento barato para a população? ■

**Pontos polêmicos**

- Ao longo de todo curso d'água é obrigatório deixar intacta uma mata nativa em largura que varia de 30 metros em cada margem, até 600 metros, dependendo da largura do rio. No caso de um ribeirão de 1 ou 2 metros de largura, será necessário deixar uma mata de 30 metros de cada lado, totalizando 60 metros: a largura de um campo de futebol oficial;
- No caso de um olho d'água, para protegê-la o produtor rural terá que cercá-la com mata nativa com um raio de 50 metros. E mais, ao logo da sua rota até o ribeirão mais próximo, o córrego terá obrigatoriamente de ter uma proteção de 30 metros de cada lado, perfazendo 60 metros, até atingir o seu desaguadouro.

**Cadastramento na Amazônia Legal**

A meta do governo é executar a regularização de cadastro de 21,7 milhões de hectares de terras da União na Amazônia Legal ainda neste ano. Para aproveitar o período de seca na região, de junho a novembro, os trabalhos começam no próximo mês. Para tanto, foi concluído o trabalho de georreferenciamento e publicado no *Diário Oficial da União*, de 28 de abril de 2009, do Decreto N° 6.830, que regulamenta a Medida Provisória (MP) 458, de 10 de fevereiro de 2009.

O decreto abre a possibilidade de entidades acompanharem os processos e garante aos governos estaduais participação na regularização fundiária. Ao todo, poderão ser regularizados 67,4 milhões de hectares em terras da União, o que envolve 296 mil posses em 436 municípios.

São muitas as polêmicas na tramitação da MP 458 no Congresso.

Com relação à MP, grupos de ambientalistas e pequenos produtores são favoráveis à sua rejeição pois ela beneficiaria invasores, grileiros e grandes proprietários interessados na especulação imobiliária e estimularia a ocupação desordenada da Amazônia, aumentando o desmatamento. Já os ruralistas defendem a regularização fundiária na Amazônia para que produtores estabelecidos na região contem com segurança jurídica.